

As mídias audiovisuais e a construção do mundo intersubjetivo: uma abordagem segundo a Fenomenologia Social de Alfred Schutz

Audiovisual media and the construction of the intersubjective world: An approach according to the Social Phenomenology of Alfred Schutz

Alex Damasceno

alexfdamasceno@gmail.com

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Resumo

Neste artigo, abordamos a questão da “orientação para o Outro” mediada pela técnica audiovisual. Recuperamos a Fenomenologia Social de Alfred Schutz, principalmente os conceitos de intercomunicação e relacionamento social, e operamos com uma descrição das diferentes esferas de orientação que caracterizam os vínculos intersubjetivos traçados pelos meios. Concluímos que, nas mídias tradicionais (como o cinema e a TV), a orientação varia entre a constituição de um “relacionamento do Nós unilateral” e um “relacionamento do Eles”, entre os corpos audiovisuais, os sujeitos que atuam atrás das câmeras e a própria audiência. Analisamos também um caso singular de uso da técnica – o *videochat* – em que a orientação forma um “relacionamento do Nós recíproco”, em um processo de intercomunicação que assume a estrutura de uma situação face a face.

Palavras-chave: audiovisual, Fenomenologia Social, Alfred Schutz, relacionamento social, intercomunicação.

Abstract

In this article we address the issue of the “orientation to the Other” mediated by the audiovisual technique. We recover the Social Phenomenology of Alfred Schutz, especially the concepts of intercommunication and social relation, and operate with a description of the different spheres of orientation that characterize the intersubjective ties outlined by the media. We conclude that in traditional media (such as film and TV) the orientation varies between the formation of a “unilateral We-relation” and a “They-relation”, between the audiovisual bodies, the subjects behind the cameras and the audience itself. We also analyze a unique case of the use of technique – the *videochat* – in which the orientation forms a “reciprocal We-relation”, in an intercommunication process that assumes the structure of a face-to-face situation.

Keywords: audiovisual, Social Phenomenology, Alfred Schutz, social relation, intercommunication.

Introdução

O conceito de comunicação surge naturalmente no campo de investigações da Fenomenologia Social de Alfred Schutz (1979; 1993), definido, em linhas gerais, como o intercâmbio direto entre as ações expressivas dentro de um relacionamento intersubjetivo. Contudo, para trabalharmos com o pensamento do autor no campo da Comunicação, principalmente em estudos de comunicação

midiática, precisamos levar em consideração a seguinte observação feita por Helmut Wagner, tradutor de Schutz para o português. Wagner optou muitas vezes por traduzir o termo alemão *Kommunikation* não por comunicação, e sim por intercomunicação. Ele apontou o motivo no trecho a seguir:

O termo intercomunicação pode soar redundante. No entanto, insistimos em seu uso de forma a indicar com

clareza aquilo que Schutz queria dizer com comunicação, como uma rua de mão dupla, um intercâmbio autêntico, e não torrentes unidirecionais, como nos casos dos meios de comunicação de massa (Wagner in Schutz, 1979, p. 36, nota 29).

É evidente que a escolha de Wagner não é arbitrária e efetivamente expressa o pensamento de Schutz: o substantivo intercomunicação é formado na fusão dos conceitos de intersubjetividade e comunicação. Ela exclui, de modo geral, as mídias audiovisuais, seja o cinema, a televisão ou mesmo a maioria dos vídeos, pois podemos facilmente enquadrá-las no que Wagner denomina de “torrentes unidirecionais” e “meios de comunicação de massa”. Mesmo a digitalização não foi capaz de desfazer completamente a unidirecionalidade típica dos meios audiovisuais, que ainda estão, em grande maioria, dispostos em modelos discursivos, e não dialógicos¹. Por outro lado, a unidirecionalidade não impede o audiovisual de produzir relacionamentos intersubjetivos: para Schutz, o relacionamento, diferentemente da intercomunicação, é qualquer conexão entre duas consciências que compartilham a mesma forma básica de expressão. Ele não requer a bilateralidade de uma situação face a face ideal ou de um intercâmbio direto. Um relacionamento concreto pode, na verdade, assumir as mais diversas estruturas. Entendemos, assim, que a intercomunicação depende de um relacionamento para se efetivar, mas a recíproca não é verdadeira.

Ao longo dos seus trabalhos, Schutz não mostrou interesse em discutir a questão particular da mediação audiovisual para a constituição das relações intersubjetivas, embora a sua análise também não se restrinja apenas à situação face a face. O autor refletiu, mesmo que brevemente, sobre relacionamentos formados a partir de outras linguagens e meios, como a literatura e os livros, a música e as performances musicais, a pintura e as telas, a fotografia e as fotos. O presente artigo aproveita essa lacuna para se desenvolver: entendemos que as mídias audiovisuais desempenham um papel de referência na construção intersubjetiva da sociabilidade contemporânea. Para compreender como relacionamentos se constituem por meio do audiovisual, operamos com uma descrição

¹ Em outro artigo de nossa autoria (Damasceno, 2015), desenvolvemos uma reflexão sobre a relação dos conceitos de diálogo e discurso com a comunicação audiovisual. Propomos essa classificação a partir do pensamento de Flusser (1983). Para o autor, a comunicação discursiva se caracteriza pelo transporte da informação em direção a uma memória: sua função é acumular informações. A comunicação dialógica, por sua vez, sintetiza as informações disponíveis para criar novas: sua função é produzi-las. Discurso e diálogo, embora sejam métodos diferentes de comunicação (o primeiro é distributivo, enquanto o segundo é sintético), assumem funções complementares no transporte: todo o processo comunicacional é composto por esses dois aspectos. Para Flusser (1983), o transporte de informações audiovisuais é predominantemente discursivo.

fenomenológica de suas variadas esferas de orientação, que são compostas pelos diversos tipos de sujeitos que participam das suas enunciações: aqueles que podemos identificar porque têm seus corpos captados e irradiados (atores, apresentadores, pessoas públicas, etc.); outros cujos corpos não necessariamente conhecemos, mas que podemos tentar compreender subjetivamente (os múltiplos profissionais que ficam “por trás das câmeras”, como executivos, diretores, roteiristas, etc.); e, é claro, a própria audiência em sua vasta heterogeneidade.

Na primeira parte do artigo, discorreremos sobre a corrente da Fenomenologia Social de Schutz, na apresentação dos conceitos que sustentam a nossa reflexão. Na segunda parte, então, partimos efetivamente para a discussão central, em que descrevemos as esferas de orientação para o Outro dos relacionamentos mediados pelo audiovisual. Na terceira parte, por fim, abordamos um caso específico: o *videochat*. Utilizamos-lo como um contraponto, pois entendemos que, em vez do que acontece nos usos mais tradicionais dos meios, os relacionamentos gerados pelo *videochat* podem resultar em processos de intercomunicação, que se aproximam da estrutura da situação face a face.

Fenomenologia Social

Alfred Schutz é autor de uma obra extensa e heterogênea, desenvolvida ao longo de cerca de 30 anos do século XX. Elaborava seus textos principalmente em formato de artigo. Parte de sua obra foi publicada postumamente, organizada em coletâneas elaboradas por seus leitores. Em nosso estudo, trabalhamos mais centralmente com a coletânea de textos traduzidos para o português por Wagner (Schutz, 1979), além de outros artigos (Schutz, 1993; 2010) que fizeram parte de seu projeto de uma Fenomenologia Social (ou Sociologia Fenomenológica). Neles, o autor faz um esforço de aproximação das teorias de Husserl, Bergson e Weber. Desse modo, a abordagem que propomos aqui implica limitações para uma compreensão mais completa do pensamento de Schutz em diferentes fases da sua vida intelectual. Para uma contextualização mais completa da sua bibliografia, sugerimos a leitura do artigo de Castro (2012).

Enquanto Fenomenologia Social, o trabalho de Schutz articula explicitamente duas correntes de pensamento: de um lado, é claro, a Fenomenologia, com conceitos como consciência, intencionalidade e intersubjetividade, de Husserl, e duração e simultaneidade, de Bergson; do outro lado, Schutz trabalha com a Sociologia Compreensiva de Weber, com conceitos como o de ação expressiva e tipos ideais. É preciso esclarecer, porém, que Schutz não opera com essas teorias sem tensioná-las; seu pensamento não se resume a traçar pontos de conexão entre

as suas filiações teóricas. Na verdade, mais do que isso, seus textos se caracterizam pela investigação profunda dessas fontes, com problematizações que levam a movimentos de aproximação e afastamento, críticas e tomadas de posição, em função da elaboração de um projeto intelectual próprio.

A partir da Fenomenologia de Husserl, Schutz (1979; 1993) considera a intencionalidade² como propriedade fundamental da consciência. A virada do pensamento proposto por Husserl é entender que o *cogito* não se fecha em si (como no egocentrismo cartesiano), mas mantém um contato direto com o mundo da vida, sendo sempre consciência de alguma coisa. Ao se dirigir ao externo, por intermédio de uma intencionalidade, a consciência experimenta os objetos do mundo. O que interessa a Schutz em particular, motivado pela investigação das relações sociais, é o fato de que “entre os objetos que vivenciamos no presente vivido estão o comportamento das outras pessoas e seus pensamentos” (Schutz, 1979, p. 162). A tese do *alter ego* de Schutz se inicia principalmente com base na teoria husserliana da intersubjetividade para problematizar, então, como a consciência intencional experimenta outra consciência, outro ego. O pensamento acerca da intersubjetividade é desenvolvido por Husserl na *Quinta Meditação Cartesiana*, sendo que o conceito é precisamente delimitado no trecho seguinte:

Se, compreendendo o outro, penetro profundamente no seu horizonte de propriedade, então de imediato darei com o fato de que, assim como o seu soma corpóreo se encontra no meu campo de percepção, também o meu soma se encontra no seu, e que, em geral, ele me experiencia sem mais como um outro para ele, tal como eu o experiencio como meu outro. Do mesmo modo, darei com o fato de que, no caso dos membros de uma pluralidade, também eles se experienciam uns aos outros como outros. [...] Naturalmente, a essa comunidade corresponde, na concreção transcendental, uma correspondente comunidade monádica aberta, que designamos de intersubjetividade transcendental. Ela é, como quase não precisa ser dito, para mim constituída em mim, no ego mediante, puramente a partir das fontes da minha intencionalidade, mas ela é constituída como a mesma para cada mônada, que é por sua vez constituída na modificação do outro, apenas como um diferente modo subjetivo de aparição, e como trazendo necessariamente em si o mesmo mundo objetivo (Husserl, 2013, p. 168-169).

2 Husserl (2013, p. 71) postula: “As vivências da consciência são também denominadas *intencionais*, em que a palavra ‘intencionalidade’ não significa, então, outra coisa senão esta propriedade universal e fundamental da consciência de ser, enquanto *cogito*, o seu próprio *cogitatum*”.

De acordo com o conceito de intersubjetividade, tal como descrito por Husserl no trecho anterior, um sujeito, enquanto consciência individual, não percebe outro indivíduo tal como um objeto. Certamente que o conhecimento do outro é produzido pela percepção sensorial de um corpo, um objeto material presente. Contudo, na presença desse corpo, o sujeito infere a existência de uma vida psicológica interior. Assim, o outro é dado à consciência não propriamente como um objeto, mas como um contrassujeito que tem vida e consciência. A diferença é que a vida interior do outro não é uma presença originária, como é o corpo, e sim uma apresentação resultante das indicações dos movimentos corporais: ela “não é apresentada, mas apresentada” (Schutz, 1979, p. 160). Schutz parte, assim, da seguinte tese de Husserl: “o ser do mundo não poderá mais ser, para nós, um fato óbvio, mas apenas um problema de validade” (Husserl, 2013, p. 05). A existência da vida do outro não pode ser comprovada nem verificada, embora seja “ingenuamente pressuposta” (Schutz, 1979, p. 157)³.

Posteriormente, porém, Schutz (2010) rompe com a teoria da intersubjetividade de Husserl, pois chega à conclusão de que a categoria do Outro não pode ser pensada apenas como uma projeção da consciência transcendental, para ser por ela validada. Na verdade, para Schutz, a intersubjetividade é um dado do mundo da experiência que dá condição às relações sociais. É o que ele postula no trecho seguinte:

A tentativa de Husserl de explicar a constituição da intersubjetividade transcendental em termos de operações da consciência do ego transcendental não teve sucesso. É de se supor que a intersubjetividade não seja um problema de constituição que pode ser resolvido dentro da esfera transcendental, mas sim é um dado do mundo da vida. É a categoria ontológica fundamental da existência humana no mundo e, assim, de toda antropologia filosófica (Schutz, 2010, s. p., tradução nossa⁴).

A compreensão do Outro como consciente se dá por uma relação de simultaneidade (ou sincronismo). O sujeito

3 Schutz cita o caso dos behavioristas radicais que apontavam a impossibilidade de verificação da vida do outro. O autor argumenta ironicamente ao dizer que esses pensadores “não poderiam encontrar-se com outros em congressos onde se prova reciprocamente que a inteligência do outro é um fato questionável” (Schutz, 1979, p. 159).

4 Tradução livre de: “Husserl’s attempt to account for the constitution of transcendental intersubjectivity in terms of operations of the consciousness of the transcendental ego has not succeeded. It is to be surmised that intersubjectivity is not a problem of constitution which can be solved within the transcendental sphere, but is rather a datum of the life-world. It is the fundamental ontological category of human existence in the world and therefore of all philosophical anthropology”.

percebe outro corpo, que não é o seu, mas cuja corrente de consciência segue por um mesmo fluxo temporal. É essa simultaneidade que permite que as duas correntes de consciência se interconectem. A tese da existência de um *alter ego* se refere justamente a “essa experiência da corrente de consciência do outro em simultaneidade vívida” (Schutz, 1979, p. 163). A simultaneidade produz, portanto, o que Schutz denomina de “orientação para o outro”, a base de todos os tipos de relacionamento social.

O conceito de simultaneidade presente no pensamento de Schutz tem influência da filosofia de Bergson⁵. Por isso Schutz (1979, p. 161) formula que um relacionamento é formado por três fluxos temporais simultâneos. O primeiro é de ordem subjetiva, uma vez que cada sujeito inserido em um relacionamento tem um mundo privado, ao qual somente ele tem acesso (o que Bergson denomina de duração interior). O segundo é de ordem intersubjetiva, já que, em um relacionamento, duas durações se conectam. O terceiro é de ordem intersubjetiva objetiva, uma duração que envolve as outras duas. Schutz segue, assim, a tese de Bergson que postula que dois fluxos temporais somente serão simultâneos em função de um terceiro, que os engloba: “Chamamos então simultâneos dois fluxos exteriores que ocupam a mesma duração porque estão ambos compreendidos na duração de um mesmo terceiro” (Bergson, 2006, p. 61).

Ao estarem inseridos em um fluxo temporal intersubjetivo e objetivo, Schutz aponta que os sujeitos compartilham a mesma forma básica de consciência e expressão. Para refletir sobre este ponto, Schutz recorre, então, ao conceito de ação expressiva, de Weber. Por ação expressiva, Schutz (1979, p. 174) entende “aquela em que o ator procura projetar os conteúdos de sua consciência, ou para retê-los, para o seu próprio uso mais tarde (como o caso de uma nota num diário), ou para comunicá-los a outros”. A ação expressiva é, portanto, um ato deliberado em que um sujeito expõe, por meio de linguagens, os pensamentos que habitam sua consciência. Trata-se, sobretudo, de um ato intencional, ou seja, dirigido com uma intencionalidade específica: de um sujeito para um outro específico.

Cada ação, por sua vez, deve ser interpretada com base nos motivos que a geraram. Como coloca Schutz (1979, p. 177): “Meu ato social é orientado não só para a existência física desse *alter ego*, mas para o ato do outro que espero provocar com minha própria ação [...] O protótipo de todo relacionamento social é uma conexão intersubjetiva de

motivos”. Para que um relacionamento se efetive e perdure no tempo, o autor conclui ser necessária uma reciprocidade de motivos: os sujeitos devem compartilhar motivações, de maneira que a ação de um deles não encaminhe a uma reação negativa do outro, que ponha fim ao relacionamento. Uma ação é tanto motivada pela reação do outro como teve como motivo uma ação precedente.

Assim, o pensamento de Schutz, ao aliar a Fenomenologia de Husserl (a teoria da intersubjetividade) à Sociologia Compreensiva de Weber, volta-se à orientação e à compreensão do Outro, por meio da interpretação das ações e das motivações que formam os múltiplos relacionamentos sociais.

Esferas de orientação do audiovisual

É possível pensar que qualquer audiovisual, mesmo o cinema e a televisão, produz relacionamento entre sujeitos, pois os conceitos de simultaneidade e presença não implicam necessariamente uma coexistência corporal: podemos conectar nossa consciência com outros com quem não convivemos diretamente e com quem sequer compartilhamos um mesmo espaço físico. Vejamos o seguinte exemplo: um sujeito que lê um livro de um escritor que viveu cem anos antes. Para Schutz, as duas consciências, do leitor e do autor, entram em “quase simultaneidade” e o autor se faz “quase presente”. Ele não está efetivamente presente (e nem poderia tornar-se, pois sua existência precedeu a vida do leitor), mas pode-se ter um relacionamento com ele e tentar compreendê-lo por intermédio de uma presença evocada pelo livro. Seguindo essa linha de exemplos, Schutz (1993, p. 134, tradução nossa) conclui que “Posso localizar imaginativamente as mentes de pessoas de épocas pretéritas em uma quase simultaneidade com a minha, compreendendo-as observacionalmente através de seus escritos, sua música, sua arte”.⁶

Para compreender a pluralidade de situações em que um sujeito é orientado para outro, Schutz diferencia, então, duas esferas de relações intersubjetivas. Para a primeira, ele elabora os conceitos de “orientação para o Tu” e “relacionamento do Nós”, que objetivam descrever a situação face a face, fundada numa presença efetiva: a coexistência corporal em um mesmo ambiente. Já para a segunda, o autor cria os conceitos de “orientação para o Eles” e “relacionamento mediato” (ou indireto), voltados para as situações em que a experiência do outro não ocorre em um presente compartilhado, a exemplo do relacionamento entre o leitor e o escritor.

5 Schutz (1993, p. 133, tradução nossa) afirma: “Este sincronismo ou ‘simultaneidade’ se entende aqui no sentido de Bergson [...] A simultaneidade implicada neste caso não é a do tempo físico, que é quantificável, divisível e espacial. Para nós, o termo ‘simultaneidade’ é uma expressão do dado básico e necessário do qual parto, que é o de que a sua corrente de consciência tem uma estrutura análoga à minha”.

6 Tradução livre de: “Puedo ubicar imaginativamente las mentes de personas de épocas pretéritas en una casi simultaneidad con la mía, comprendiéndolas observacionalmente a través de sus escritos, su música, su arte”.

O que caracteriza o “relacionamento do Nós” é a orientação de um sujeito para um Tu específico, concreto, individual. Dessa maneira, sua efetivação depende de que os sujeitos compartilhem um ambiente comum e não segmentado, de forma que a consciência possa se dirigir ao “estar lá” do outro. Ao compartilharem o mesmo ambiente, os sujeitos podem voltar-se um para o outro, num processo de espelhamento mútuo, o que gera o tipo mais puro de relacionamento do Nós: “simplesmente uma forma recíproca de orientação para o Tu pura, isto é, a consciência pura da presença de outra pessoa” (Schutz, 1979, p. 185). Por isso, a máxima do pensamento de Schutz determina que fazer parte de um Nós é “envelhecer juntos” por um determinado período de tempo. Tal relacionamento se concretiza no que o autor denomina de “situação face a face”:

Quando observar você, verei que você está orientado para mim, que você está procurando o significado subjetivo das minhas palavras, das minhas ações, e o que tenho em mente no que lhe diz respeito. E, de meu lado, vou notar o fato de você estar assim orientado para mim, e isso vai influenciar tanto as minhas intenções quanto as minhas ações com relação a você. Mais uma vez, você vai perceber isso, vou perceber que você percebeu, e assim por diante. Esse cruzamento de olhares, esse espelhamento um do outro, de mil facetas, é um dos traços únicos da situação face a face (Schutz, 1979, p. 187).

Todavia, nem sempre o relacionamento do Nós é formado com a reciprocidade característica da situação face a face. Um sujeito pode estar consciente de um Tu sem que este Tu esteja consciente dele. Nesse caso, a ação que move o relacionamento é a observação social: a tentativa de compreender o outro a partir da observação de seu comportamento. Schutz aponta que a esfera do Nós pode ser, então, de dois tipos: a recíproca, na qual os dois sujeitos estão mutuamente conectados, e a unilateral, na qual apenas um sujeito tem a consciência direta do outro. Desse modo, no relacionamento unilateral está ausente “a característica do espelhamento mútuo, multifacetado, do relacionamento face a face, onde o conteúdo da consciência dos dois parceiros é mutuamente identificado” (Schutz, 1979, p. 192). Apesar disso, é importante dizer que um relacionamento unilateral pode se tornar recíproco à medida que o observador revele a sua presença para o observado.

No relacionamento mediato, por sua vez, em vez de a orientação ser para um Tu específico (na formação de um Nós), ela ocorre na esfera do Eles: pessoas com quem não se convive diretamente. É o caso do exemplo anterior do escritor: podemos interpretar o livro na tentativa de uma compreensão subjetiva do autor, mas não podemos formar

uma situação face a face. Desse modo, na orientação para o Eles, “o outro parece simplesmente um eu parcial, como originador de tais e tais atos que não compartilho em um presente vívido” (Schutz, 1979, p. 213).

O autor percebe, inclusive, que o mundo social é formado por relacionamentos entre sujeitos que são anônimos entre si. Se, por exemplo, um sujeito coloca uma carta no correio, é porque ele sabe que o carteiro vai entregá-la ao seu destinatário. Não é preciso conhecer individualmente um determinado carteiro para saber qual será a sua ação. Esse desconhecimento da identidade do outro não implica necessariamente que não haja reciprocidade no relacionamento mediato. A esfera do Eles não é necessariamente composta por pessoas individualizadas, e sim por “tipos ideais” (em mais uma influência da Sociologia Compreensiva de Weber). Formamos certos tipos de pessoas, como o carteiro e o destinatário, ou o leitor e o escritor, que agem reciprocamente em relacionamentos, desempenhando papéis socialmente idealizados. Como aponta Schutz (1979, p. 223), em um relacionamento do Eles, “cada um dos parceiros apreende o outro por meio de um tipo ideal; cada um dos parceiros está consciente dessa apreensão mútua”. Ele é constituído, assim, em um contexto de significação objetiva, sendo possível pressupor a ação do outro. Entretanto, é importante fazer a seguinte ressalva: não há garantia de que o outro vá agir de acordo com o tipo ideal que ele assume.

Por fim, sobre esses dois tipos de orientação para o outro, é importante dizer que o relacionamento do Nós e o relacionamento mediato são conceitos-limites que descrevem o relacionamento em um estado puro. Eles não devem ser utilizados, portanto, para um mero enquadramento, e sim como “dois polos entre os quais situa-se uma série contínua de experiências” (Schutz, 1979, p. 215). O objetivo de Schutz é que eles sejam a base para a compreensão de um relacionamento em sua concretude, na variação dos pontos de vista, dos graus de imediatidade, intimidade, intensidade, etc. É o que fazemos a seguir, no tensionamento desses conceitos com os relacionamentos que são mediados pelo audiovisual.

Pensado a partir dessas duas esferas de orientação, um relacionamento mediado por imagens audiovisuais, por não se dar em presença efetiva, deveria ser imediatamente classificado como mediato. Mas esse primeiro ponto, sobre o fator de presença do audiovisual, tem sua especificidade. Mais do que um livro ou qualquer outro tipo de “quase presença”, o audiovisual torna visíveis os corpos de pessoas. Schutz (1979, p. 203-204), ao pensar os relacionamentos que se dão pela pintura e pela fotografia, formula brevemente a ideia de uma apresentação visual: diferentemente da presença resultante da linguagem verbal, ela é construída a partir de relações de semelhança entre o objeto e sua apresentação. A diferença do audiovisual em relação à fotografia e à pintura é que o

corpo está inserido em um fluxo temporal, o que lhe possibilita o movimento e a expressão (a fala, por exemplo, é uma ação expressiva possível no audiovisual e não na fotografia). Diversos autores notaram essa questão: sobre a televisão, Machado (2000) percebe que a maioria das formas televisivas é fundada na ação de indivíduos; sobre a videoarte, Krauss (2008, p. 146) aponta que boa parte das obras utiliza “o corpo humano como seu elemento central”. Assim, no audiovisual em geral, corpos são apresentados, por mais que não sejam corpos físicos, não sejam carne (no sentido de Merleau-Ponty, 1991), e sim, como define Rosário (2008), adquiram uma modalidade eletrônica: são planejados numa superfície (sem volume), recortados por enquadramentos e têm uma diferente escala de tamanho. Parece-nos inquestionável que, como se trata de procedimentos já naturalizados, reconhecemos esse “corpo eletrônico”, na maioria dos casos, como uma presença originária e como um “sujeito-na-imagem”, pressupondo, a partir de seu movimento e expressão, a existência de uma vida interior. Não questionamos, por exemplo, que um apresentador de TV, com quem nunca tivemos qualquer tipo de contato presencial, não exista no mundo.

Há ainda um segundo ponto que precisa ser problematizado. O audiovisual, especialmente a televisão e o vídeo, pode operar em tempo presente e colocar o sujeito-espectador e o sujeito-na-imagem em simultaneidade. Como aponta Machado (1995, p. 76): “Enquanto a fotografia e o cinema realizam congelamentos, petrificações de um tempo que, uma vez obtido, já é passado, a tevê e o vídeo apresentam o tempo da enunciação como presente ao espectador”. Krauss (2008, p. 146), por sua vez, afirma que o vídeo “é capaz de gravar e transmitir ao mesmo tempo, produzindo imediato feedback. Portanto, é como se o corpo estivesse centralizado entre duas máquinas [...] A primeira delas é a câmera; a segunda, o monitor, que reprojeta a imagem do performer com imediatismo de espelho”. É certo que mesmo a televisão e o vídeo, em boa parte das vezes, também exibem imagens previamente gravadas e editadas. A conclusão a que podemos chegar em relação à transmissão em tempo presente é que os relacionamentos audiovisuais não se restringem à classificação de “quase simultaneidade”. O audiovisual pode colocar duas consciências em simultaneidade vívida. Ao assistirmos, por exemplo, à transmissão ao vivo de um jogo de futebol, entramos em simultaneidade com o narrador televisivo, com os comentaristas, com os jogadores dos times, com os torcedores presentes no estádio e uma série de outros indivíduos que fazem parte do evento veiculado pela televisão.

Por isso, pensamos que um relacionamento mediado pelo audiovisual, mesmo não sendo efetivamente presencial, não pode ser simplesmente apontado como “quase presença” ou “quase simultaneidade”, o que nos

levaria a classificá-lo imediatamente como relacionamento mediado. Entendemos que o audiovisual produz uma presença baseada na semelhança dos corpos e na reprodução do fluxo de expressão da consciência humana. Mais do que isso, nos termos de Baudrillard (1991), é uma presença produzida na simulação da realidade, na qual o signo e o real não se unem meramente por semelhança, e sim são lidos como equivalentes. A “apresentação audiovisual” cria um simulacro que orienta o espectador para um Tu concreto: uma variedade de sujeitos que são audiovisualmente apresentados. Pensamos que, por conta deste aspecto, o relacionamento audiovisual está mais próximo da esfera do Nós do que da esfera do Eles. Trata-se, todavia, de um Nós unilateral, fundado na observação do Tu. Uma observação de natureza evidentemente diferente da situação face a face. Se o relacionamento unilateral se constitui quando o observador não revela sua presença, na televisão, por exemplo, o sujeito-na-imagem sabe que está sendo observado, só não sabe por quem individualmente. Outra diferença é que o Nós unilateral formado pelo audiovisual não pode se tornar recíproco: a TV e o cinema não são capazes, por seus próprios meios, de criar uma situação em que o sujeito-na-imagem possa observar o seu espectador.

É preciso dizer, contudo, que os sujeitos da televisão e de outros audiovisuais se dirigem ao espectador com procedimentos voltados para disfarçar a unilateralidade do relacionamento. Em diversos programas televisivos, por exemplo, os apresentadores se dirigem ao público utilizando o pronome “você” no singular, como se estivessem realmente conversando com alguém individualizado⁷. Além disso, é um procedimento padrão que o sujeito-na-imagem, ao se dirigir ao espectador, fixe o olhar na lente da câmera, o que cria um cruzamento de olhares (um olho no olho) que é típico da situação face a face. Mas se invertermos o ponto de vista do relacionamento, veremos que o olho no olho só existe do lado do espectador e que o sujeito-na-imagem realmente olha apenas para uma câmera. O audiovisual cria a ilusão de que o sujeito-na-imagem se dirige a um Tu específico, quando na verdade ele se dirige a um Eles. Para o apresentador de TV, o público é formado por tipos ideais: as mensagens não são dirigidas para espectadores individualizados, e sim para faixas de públicos (crianças, adolescentes, homens, mulheres, classes sociais, etc.). Portanto, o relacionamento audiovisual varia em dois pontos de vista: o espectador se orienta para

7 Sodré (1984) aponta que esse procedimento faz parte de uma estratégia televisiva de individualização familiarizada dos telespectadores: “A tevê se dirige ao público através do vídeo, simulando um contato direto e pessoal com essa ‘função-indivíduo’ que se supõe ser o telespectador. Por isso, é essencial à expressão televisiva a função linguística do contato (função fática, na terminologia implantada pelo linguista Roman Jakobson), que visa a manter ou sustentar a comunicação entre falante e ouvinte” (Sodré, 1984, p. 56-57).

um Tu de forma unilateral; o sujeito-na-imagem se dirige a um Eles.

Mesmo o espectador do audiovisual também se relaciona com vários Eles. Vejamos o caso do cinema e de outras formas ficcionais. Personagens fictícios podem ser compreendidos subjetivamente a partir da interpretação de suas ações, motivações e movimentos. O papel do ator é, dessa forma, representar outra consciência que se conecta com a do espectador. Em alguns casos, inclusive, o espectador se orienta para o personagem como se ele realmente fosse um sujeito do mundo: é bastante recorrente atores relatarem que pessoas os confundiram com seus personagens. Isso só atesta o papel de referência do audiovisual na sociabilidade contemporânea e sua capacidade de formar a esfera do Nós. Mas, voltando à questão, o que queremos destacar é que as ações dos personagens, bem como diversas outras naturezas de ações expressivas de um filme (formadas por diferentes signos, como enquadramentos, movimentos de câmera, iluminação, figuras narrativas, etc.), encaminham-nos à compreensão subjetiva de um autor: assistir a um filme é formar um relacionamento com um diretor, com um roteirista, e não apenas com sujeitos que são apresentados diretamente na tela. O audiovisual, sob o ponto de vista do espectador, também forma relacionamentos indiretos. Quando assistimos a qualquer programa de televisão, relacionamo-nos com uma série de profissionais que fazem parte da TV, mas que não necessariamente sabemos quem são individualmente: executivos, técnicos, jornalistas, diretores, redatores, editores, etc. São sujeitos que não têm os seus corpos apresentados, que não estão em simultaneidade vívida conosco, mas a própria obra audiovisual é uma ação expressiva deles: podemos tentar compreendê-los através dela assim como o livro possibilita a compreensão do escritor.

Chegamos, então, à seguinte conclusão: o audiovisual em seu uso mais tradicional – um sistema de torrente unidirecional (como a televisão, o cinema e mesmo boa parte dos vídeos) – forma um tipo específico de relacionamento social, baseado em uma variedade de pontos de vista e esferas de orientação: 1) o espectador se orienta para um Tu e forma um Nós unilateral concreto, fundado em uma apresentação audiovisual; 2) o sujeito-na-imagem se dirige a um Eles, pensando o espectador como um tipo social ideal, cujas ações tenta prever; 3) o espectador também se relaciona com um Eles, sujeitos que não são apresentados diretamente pelo audiovisual, mas podem ser compreendidos através dele. O que podemos notar em todos esses diferentes tipos de orientação é que o relacionamento audiovisual varia, assim, entre o Nós unilateral e o Eles. Não efetiva, em nenhuma das situações descritas anteriormente, um Nós recíproco.

Um caso singular: o “Nós recíproco” do *videochat*

É essa conclusão anterior que confere singularidade ao *videochat* no universo de relacionamentos mediados pelo audiovisual. A diferença dele em relação aos outros meios é que não se trata de um processo audiovisual unidirecional; ele não é descrito nessa variação de ponto de vista do Nós unilateral para o Eles. No *videochat*, um sujeito “A” envia sua imagem para um sujeito “B”, enquanto o mesmo sujeito “B” envia sua imagem para o sujeito “A”. Ambos os sujeitos têm seus corpos apresentados, orientam-se para o outro como um Tu específico – na forma do espelhamento mútuo (A–B) –, e suas consciências estão, em princípio, em simultaneidade, o que faz com que suas ações, motivações e movimentos estejam conectados. Eles compartilham os papéis de sujeito-na-imagem e sujeito-espectador, de emissor e receptor de mensagens, formando um processo genuíno de intercomunicação. Desse modo, o *videochat*, diferentemente dos meios audiovisuais mais tradicionais, é capaz de formar um Nós recíproco.

Por conta disso, o *videochat* é utilizado em um conjunto amplo de interações sociais baseadas na situação face a face. Pode efetivar relações íntimas entre familiares e amigos, motivadas pela manutenção do relacionamento presencial mesmo com distâncias geográficas; ou atividades especializadas de diferentes setores da vida humana, motivadas por propósitos específicos: plataformas desenvolvidas para o *e-business* (como as da empresa *Lifesize*⁸) ou para a educação à distância (como as da *Blackboard*⁹), ou mesmo de saúde (na terapia psicanalítica, serviço oferecido no site *Breakthrough*¹⁰); *chatrooms* que possibilitam a conexão com pessoas desconhecidas (como os sites *Camfrog*¹¹ ou o brasileiro *Bate-papo Uol*¹²), ou até mesmo que formam pares a partir de sistemas randômicos (como os sites *Chatroulette*¹³ e *Omegle*¹⁴).

Mas a reciprocidade do relacionamento só é alcançada no *videochat* se ambos os sujeitos utilizarem tecnologias minimamente equivalentes. Albuquerque (2006, p. 30) explica que a taxa de transmissão das imagens de *webcam* em *frames* por segundo (FPS) varia conforme a capacidade do computador, o tipo de câmera, o tamanho selecionado para a imagem e a velocidade de conexão da internet. Caso, por exemplo, um dos sujeitos tiver um tráfego de internet consideravelmente inferior ao do outro, sua imagem é transmitida com um atraso em relação à imagem do outro. Perde-se, com isso, a simultaneidade efetiva dos fluxos audiovisuais necessária para a formação de um Nós

8 Lifesize.com

9 Blackboard.com

10 Breakthrough.com

11 Camfrog.com

12 Bate-papo.uol.com.br

13 Chatroulette.com

14 Omegle.com

recíproco. Por isso, como coloca Albuquerque (2006, p. 22), as aplicações com *webcam* trabalham com uma baixa taxa de FPS: as plataformas de *videochat* garantem, assim, uma transmissão síncrona entre a maioria dos usuários.

Além disso, em uma interação de *videochat*, a própria presença do outro pode ser questionada. É possível, através do uso de determinados *softwares*, que se envie uma imagem audiovisual qualquer gravada no computador, em vez da imagem produzida em simultaneidade vívida. Assim, um sujeito pode enganar o outro ao enviar uma imagem que não é sua e que não está sendo transmitida em tempo presente. O sujeito que envia a imagem gravada pode sequer estar no ambiente de *chat*. As mensagens escritas que ele envia podem ser simuladas com o uso de um *chatterbot*: um programa automático que se comporta como um usuário (Albuquerque, 2006, p. 19-20). Algumas plataformas alertam sobre essa possibilidade do outro estar ausente. Desse modo, o *videochat* dá a ver de forma mais explícita o problema de não comprovação da existência do outro. O sujeito-na-imagem não pode ser ingenuamente pressuposto: a presença de um corpo em simultaneidade pode ser falsa.

Mesmo em condições de presença e simultaneidade, é preciso reiterar que o Nós recíproco do *videochat* não concretiza uma situação face a face. Ao ser uma interação audiovisual, esse Nós recíproco tem diferenças em relação ao Nós puro. Para exemplificar, retomemos um ponto anterior. Afirmamos que a televisão disfarça a sua unilateralidade com o procedimento de fazer o sujeito-na-imagem olhar para a lente da câmera, o que forma, do ponto de vista do espectador, uma ilusão do cruzamento de olhares típico do espelhamento mútuo e, conseqüentemente, da situação face a face. No *videochat*, apesar de termos um espelhamento mútuo, tal conexão de olhares é problemática, conforme diversos autores já notaram (Hetter, 1999; Gemmel *et al.*, 2000; Dumont *et al.*, 2008). Ocorre que a câmera e a tela de visualização ocupam pontos diferentes de observação: se os dois sujeitos olharem para a câmera na tentativa de conectar o olhar, eles necessariamente deixarão de observar a imagem do outro (veriam apenas a câmera). Se os dois não olharem para a câmera, e sim para a tela (o que usualmente acontece), os olhares não se cruzam. Assim, como podemos notar, o espelhamento mútuo proporcionado pela apresentação audiovisual é diferente do espelhamento em presença concreta. Além desse exemplo, as próprias características do corpo eletrônico, já citadas, evidentemente afastam o relacionamento do *videochat*, assim como qualquer outro relacionamento audiovisual, de uma modalidade face a face. E é importante considerar, neste aspecto, que a imagem de *webcam* usualmente tem uma resolução bastante inferior em comparação com as imagens da televisão e do cinema.

Por isso, alguns pesquisadores elaboraram protótipos de tecnologias que aproximariam o relacionamento de

videochat da situação face a face. Dumont *et al.* (2008) criaram uma forma de conectar os olhares dos indivíduos: um sistema que sintetiza as imagens de seis *webcams* posicionadas ao redor da moldura do monitor. Albuquerque (2006) projetou uma visualização estereoscópica, que confere profundidade e volume à imagem: um modelo em que cada usuário utiliza duas *webcams* e óculos 3D. Os resultados que são obtidos neste tipo de pesquisa mostram como os avanços na tecnologia do *videochat* são espelhados nos relacionamentos presenciais. Em outras palavras: as limitações da tecnologia atual são apontadas em comparação com a situação face a face.

Considerações finais

Como vimos, os meios audiovisuais mais tradicionais constroem relacionamentos caracterizados pela seguinte estrutura de orientação: primeiramente, o espectador se orienta para o “Tu” – sujeitos individuais cujos corpos são apresentados na imagem –, o que promove a constituição de relacionamentos do “Nós unilateral”; ao mesmo tempo, o espectador também se relaciona com um “Eles”, quando interpreta as ações expressivas em busca da compreensão de sujeitos cujos corpos não são apresentados (como instâncias de autoria). Do outro lado do processo, os sujeitos audiovisuais (seja na frente ou atrás das câmeras) compreendem o público também como um “Eles”, na composição de tipos ideais, cujas ações tentam prever. Entendemos que essa estrutura de relacionamento segue um método discursivo de comunicação, que tem o objetivo de distribuir informações. Subjaz a essa estrutura e a esse método uma intenção de controle da informação e de orientação do discurso.

Esse tipo de relacionamento, todavia, não é intrínseco ao audiovisual: trata-se apenas do resultado de um uso hegemônico da técnica. A mediação pode ser disposta em outras estruturas e assumir, até mesmo, a forma de um “Nós recíproco”, na reprodução de uma situação face a face. É o que acontece no caso do *videochat*, em que dois sujeitos têm seus corpos apresentados e podem se orientar um para o outro, em um espelhamento mútuo. Claro que o audiovisual não é capaz de reproduzir uma situação face a face “pura”, tal como ela ocorre em sua modalidade presencial. A situação revela sua artificialidade (sua “impureza”), por exemplo, na impossibilidade do cruzamento dos olhares. Mas, em casos como o do *videochat*, o audiovisual passa a assumir um método dialógico de comunicação, na construção de um efetivo processo de intercomunicação.

De um modo ou de outro, vimos que o audiovisual, por meio das suas qualidades típicas de presença e simultaneidade, orienta-nos para uma diversidade de outros corpos e sujeitos. Com isso, ele amplia a dimensão do mundo

intersubjetivo, apresentando-nos a celebridades, artistas, jornalistas, pessoas públicas, além de solidificar a própria ideia de uma audiência coletiva. Ele também reorganiza as dinâmicas das relações sociais: familiares, conjugais, de trabalho, entre médico e paciente, professores e estudantes, entre pessoas de diferentes lugares do mundo, que possivelmente jamais iriam ter qualquer contato, mas foram selecionadas por um *software* para formarem um par de interação. As mídias audiovisuais, assim, desempenham um papel de referência no reordenamento da orientação e da compreensão do Outro na contemporaneidade.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.L.P. 2006. *Um modelo para visualização estereoscópica utilizando webcams*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 130 p.
- BAUDRILLARD, J. 1991. *Simulacros e simulação*. Lisboa, Relógio d'Água, 201 p.
- BERGSON, H. 2006. *Duração e simultaneidade: a propósito de uma teoria de Einstein*. São Paulo, Martins Fontes, 256 p.
- CASTRO, F.F. de. 2012. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. *Ciências Sociais Unisinos*, **48**(1):52-60.
- FLUSSER, V. 1983. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo, Duas Cidades, 168 p.
- DAMASCENO, A. 2015. A imaginação técnica e dialógica na sociabilidade dos videochats randômicos. *In: Congresso Internacional do Centre de Recherches Internationales sur l'imaginaire*, II, Porto Alegre, 2015. *Anais... 1*: 566-583.
- DUMONT, M. *et al.* 2008. A Prototype for Practical Eye-gaze Corrected Video Chat on Graphics Hardware. *In: P. ASSUNÇÃO; S. FARIA (org.), Proceedings of the International Conference on Signal Processing and Multimedia Applications*. Porto, SCITEPRESS, p. 236-243.
- GEMMEL, J. *et al.* 2000. Gaze Awareness for Video-conferencing: A Software Approach. *IEEE Multimedia*, **7**(4):26-35.
- HEETER, C. 1999. Aspects of Presence in Telerelating. *CyberPsychology & Behavior*, **2**(4):325-335.
- HUSSERL, E. 2013. *Meditações Cartesianas e Conferências de Paris: de acordo com o texto de Husserliana I*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 228 p.
- KRAUSS, R. 2008. Vídeo: a estética do narcisismo. *Arte & Ensaios*, **1**(16):144-157.
- MACHADO, A. 1995. *A arte do vídeo*. São Paulo, Brasiliense, 225 p.
- MACHADO, A. 2000. *A televisão levada a sério*. São Paulo, Senac, 244 p.
- MERLEAU-PONTY, M. 1991. *Signos*. São Paulo, Martins Fontes, 392 p.
- ROSÁRIO, N.M. 2008. Imagens midiáticas em corpos eletrônicos. *Intexto*, **1**(18):1-13.
- SCHUTZ, A. 1979. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 319 p.
- SCHUTZ, A. 1993. *La construcción significativa del mundo social: introducción a la sociología comprensiva*. Barcelona, Paidós, 279 p.
- SCHUTZ, A. 2010. The Problem of Transcendental Intersubjectivity in Husserl. *Schutzian Research*, **2**:s. p.
- SODRÉ, M. 1984. *O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 155 p.

Artigo submetido em 27-05-2017

Aceito em 23-12-2017